



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

PARECER: 201/2017-GP1P

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 32.211/2017-e

EMENTA: 1. DEMANDAS FORMULADAS, MEDIANTE REPRESENTAÇÃO LEGAL, PELA ASSOCIAÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, DENOMIADAS: “AÇÃO PARA PROMOVER O PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO POR CONDIÇÕES ESPECIAIS DE TRABALHO – GCET”, “AÇÃO PARA PROMOVER O PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE” E “AÇÃO PARA PROMOVER O PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO ÀS AÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE” PARA OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL.
2. ÁREA TÉCNICA PUGNA PELO **CONHECIMENTO** DA SOLICITAÇÃO. SUGERE ESCLARECIMENTOS À ENTIDADE E ARQUIVAMENTO DO PROCESSO.
3. PARECER **CONVERGENTE** DO PARQUET ESPECIALIZADO.

1. Os presentes autos foram autuados por determinação da Presidência deste c. **Tribunal**¹, em face de matéria encaminhada pela Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal, com o fito de averiguar possíveis irregularidades na omissão da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF em efetuar o pagamento da Gratificação por Condições Especiais de Trabalho – GCET aos Agentes Comunitários de Saúde.

2. Por meio do requerimento contido no e-DOC 6E98FCD7-c, aquela Associação, ao argumentar que os agentes comunitários são servidores públicos do quadro da SES/DF regidos pela Lei Complementar nº 840/2011 e por norma própria, a Lei nº 5.237/2013, que dispõe sobre a carreira Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde do Distrito Federal, seriam abrangidos pelo comando positivado na Lei nº 2.339/1999, que instituiu a GCET no âmbito da extinta Fundação Hospitalar do Distrito Federal – FHDF.

3. Nesse contexto, alegou que a norma distrital de nº 2.339/1999 estendeu o direito à percepção da referida gratificação a todos os servidores com carga horária de quarenta horas semanais, desde que prestadas exclusivamente nos Centros e Postos de Saúde nas Regionais onde exista o Programa Saúde da Família.

GP1P-V

¹ e-DOC 01F1D38E-e.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

4. Prosseguindo, salientou que a já mencionada Lei nº 5.237/2013 trouxe permissivo para a percepção da GCET, nos seguintes termos:

“Art. 16. Além do vencimento básico e das vantagens previstas nesta Lei, podem ser concedidas ao servidor da carreira Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde outras parcelas estabelecidas em legislação específica.

Art. 17. Os recursos repassados pelo Ministério da Saúde destinados a custear despesas de pessoal dos servidores integrantes da carreira de que trata esta Lei são utilizados pelo Governo do Distrito Federal na composição remuneratória dessa carreira.” (Destques do original).

5. Ainda, destacou as disposições contidas na Resolução nº 465, de 24/10/2016, do Conselho de Saúde do Distrito Federal, conforme a seguir:

“Art. 5º Garantir o cumprimento da legislação acerca da gratificação por condições especiais de trabalho, de forma que seja voltada a expansão da cobertura da estratégia saúde da família.

Parágrafo Único - Que a SES/DF encaminhe, nos limites legais, proposta de Projeto de Lei ao governador que estenda a gratificação supracitada aos Agentes Comunitários de Saúde.” (Destques do original).

6. Nesse diapasão, a Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal, asseverando que não há justificativa jurídica, fática, técnica ou financeira para o não pagamento da GCET aos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal, ao final, requereu ao c. **Tribunal** que **determinasse à SES/DF**, em cumprimento à legislação supracitada, **que promovesse ao pagamento da referida gratificação aos representados, ao argumento de que, embora preencham os requisitos da Lei nº 2.339/1999, não a percebem.**

7. A propósito desse requerimento, o Corpo Técnico, por meio da Informação nº 186/2017-GAB/SEFIPE (e-DOC 6FF1D9D9-e), elaborou instrução acerca do pedido formulado pela Associação e, em suma, opinou pelo **conhecimento** da demanda, ao tempo em que sugeriu que fossem prestados os esclarecimentos à Associação acerca da **impossibilidade** de o c. **Tribunal** determinar o pagamento da GCET aos agentes comunitários de saúde, em face da ausência de permissivo legal que suporte o pleito dirigido ao crivo da e. **Corte de Contas.**

8. Em consequência, sugeriu ao e. **Plenário**:

I. conhecer do expediente a que se reporta os presentes autos, autuado como Solicitação de Informações, consignando pleito da Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal, no qual suscita manifestação de Corte de Contas contra possíveis irregularidades na gestão de recursos humanos da Secretaria de Estado de Saúde, consistente na omissão no pagamento da Gratificação de Condições Especiais de Trabalho – GCET aos integrantes da carreira Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde, de que trata a Lei nº 5237/2013;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

II. esclarecer à Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal que não há amparo na legislação de regência para o pagamento da GCET aos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal;

III. dar conhecimento da decisão que vier a ser proferida:

a) à Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal, por meio de seu presidente e do seu patrono constituído, signatários da peça inaugural da presente demanda;

b) à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal;

IV. autorizar o(a):

a) remessa de cópia da informação da SEFIPE e do voto que vier a ser proferido à SES/DF e à Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal;

b) a devolução dos autos à SEFIPE para fins de arquivamento.”

9. Em cumprimento ao r. Despacho Singular nº 315/2017², os autos foram encaminhados a este Órgão Ministerial de Contas para a devida manifestação.

10. Nesse ínterim, tendo em vista solicitação constante do Memorando nº 80/2017 – GAB/SEFIPE, mediante Despacho nº 2/2017 – GP1P³, os autos foram remetidos à **Procuradoria-Geral** do **MPC/DF** para envio ao gabinete do i. Cons. **Márcio Michel**, Relator do processo.

11. A par de novos pleitos oriundos da Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal, em acréscimo à formulação primária, desta feita para que o e. **Tribunal** averiguasse possíveis irregularidades na omissão da SES/DF em efetuar o pagamento da “*Indenização de Transporte*” (e-DOC 30195E9C-e) e da “*Gratificação de Incentivo às Ações Básicas de Saúde*” (e-DOC E39F93AD-c) aos Agentes Comunitários de Saúde, a SEFIPE elaborou a Informação nº 194/2017 – GAB/SEFIPE (e-DOC BED774B2-e).

12. Nos moldes adotados na instrução pretérita, a Unidade Técnica opinou pelo **conhecimento** das demandas da Associação, ao tempo em que sugeriu que fossem prestados os esclarecimentos acerca da **impossibilidade** de o c. **Tribunal** determinar o pagamento da **Indenização de Transporte** e da **GIABS** aos agentes comunitários de saúde, em face da **ausência de permissivo legal** que suporte os pleitos dirigidos ao crivo da e. **Corte de Contas**.

13. Posto isso, em aditamento às propostas alvitradas na Informação nº 186/2017-GAB/SEFIPE, sugeriu ao e. **Plenário**:

“I. conhecer dos expedientes a que se reportam os presentes autos (e-doc’s 6E98FCD7-c, 30195E9C-c e E39F93AD-c), autuados como Solicitação de Informações, consignando pleitos da Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal, no qual suscita manifestação de Corte de Contas contra possíveis irregularidades na gestão de recursos humanos da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, consistente na omissão no pagamento da Gratificação de Condições

² e-DOC

³ e-DOC 1181F2B0-e.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

- Especiais de Trabalho – GCET, da Indenização de Transporte e da Gratificação de Incentivo às Ações Básicas de Saúde – GIABS aos integrantes da carreira Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde, de que trata a Lei nº 5237/2013;*
- II. esclarecer à Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal que não há amparo na legislação de regência para o pagamento da GCET, da Indenização de Transporte e da GIABS aos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal;*
- III. dar conhecimento da decisão que vier a ser proferida:*
- a) à Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal, por meio de seu presidente e do seu patrono constituído, signatários da peça inaugural da presente demanda;*
- b) à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal;*
- IV. autorizar o(a):*
- a) remessa de cópia da informação da SEFIPE e do voto que vier a ser proferido à SES/DF e à Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal;*
- b) a devolução dos autos à SEFIPE para fins de arquivamento.”*

14. Volvendo os autos a esta Primeira Procuradoria, passo à análise do presente feito, informando, **preliminarmente**, que atuo nos presentes autos em **substituição**, consoante o disposto na Lei nº 13.024/2014, na Resolução nº 304/2017, no Ato Normativo nº 1/2015-MPC e na r. Decisão Administrativa nº 46/2017-TCDF.

15. Nesse diapasão, importa destacar que a fase atual demanda deste Órgão Ministerial a análise dos **requerimentos apresentados pela Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal**, a fim de que seja determinado à SES/DF o pagamento da GCET, da Indenização de Transporte e da GIABS aos Agentes Comunitários de Saúde, integrantes da carreira Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde de que trata a Lei distrital nº 5.237/2013.

16. Nessa vertente, destaco que o **Parquet** de Contas possui entendimento **congruente** com as conclusões alcançadas pelo Corpo Instrutivo nos exames proferidos no bojo das Informações nºs 186/2017 e 194/2017.

17. A propósito, eis os termos da manifestação da Unidade Técnica:

Informação nº 186/2017-GAB/SEFIPE (e-DOC 6FF1D9D9-e)

“DA ANÁLISE

8. O pleito dos interessados não merece prosperar. O pagamento da GCET aos integrantes da carreira Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde do Quadro de Pessoal do Distrito Federal carece de amparo na legislação de regência. Explicamos.

9. A Lei nº 5237/13, de fato, consignou a possibilidade de que além do vencimento básico e das vantagens previstas naquela norma, poderiam ser concedidas ao servidor da carreira Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde **outras parcelas estabelecidas em legislação específica**. Pois bem, não existe tal legislação específica que estenda tal vantagem pecuniária aos interessados.

10. Todas as carreiras vinculadas à Secretaria de Estado de Saúde, Assistência à Saúde, Cirurgião-Dentista e Médica, criadas ou reestruturadas por leis posteriores à



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

Lei nº 2339/99, trouxeram dispositivos específicos para a extensão da GCET aos seus integrantes:

Carreira Assistência à Saúde (Lei nº 3320/2004):

Art. 9º Os vencimentos dos integrantes da carreira Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal são compostos das seguintes parcelas:

I – vencimento básico, conforme valores estabelecidos nos Anexos VII a XIII, observada a respectiva data de vigência; (...)

*VII – **Gratificação por Condições Especiais de Trabalho**, de que trata a Lei nº 2.339, de 12 de abril de 1999.*

Carreira Médica (Lei nº 2585/2000):

Art. 6º - Os valores dos vencimentos do Cargo de Médico são os estabelecidos na Tabela de Vencimentos constantes do anexo II desta Lei.

§ 1º - Além do vencimento básico, os ocupantes do cargo de Médico de que trata esta Lei farão jus às vantagens pessoais e adicionais assegurados por força de legislação específica, à parcela pecuniária de que trata a Lei nº 1.062, de 2 de maio de 1996, bem como às seguintes gratificações:

*IV - **Gratificação por Condições Especiais de Trabalho - GCET**, instituída pela Lei nº 2.339, de 12 de abril de 1999*

Carreira Cirurgião-Dentista (Lei nº 2595/2000):

Art. 6º Os valores dos vencimentos do cargo de Cirurgião-Dentista são os estabelecidos na Tabela de Vencimentos constante do anexo II desta Lei.

§ 1º Além do vencimento básico, os ocupantes do cargo de Cirurgião-Dentista de que trata esta Lei farão jus às vantagens pessoais e aos adicionais assegurados por força de legislação específica, à parcela pecuniária de que trata a Lei nº 1.062, de 2 de maio de 1996, bem como às seguintes gratificações:

IV - Gratificação por Condições Especiais de Trabalho - GCET, instituída pela Lei nº 2.339, de 12 de abril de 1999

*11. Nesse cenário, não assiste razão à Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal ao asseverar que a **lei específica** que permite o pagamento da GCET aos integrantes da carreira Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde seja a própria lei nº 2399/99. Isso porque o comando da Lei 5237/13 que possibilita o pagamento de **outras parcelas estabelecidas em legislação específica**, somente teria sentido em normativos editados a partir da data de sua publicação (12/03/2013), vez que delimita a gênese da carreira em questão.*

12. No que se refere à citada Resolução nº 465, de 24 de outubro de 2016, oriunda do Conselho de Saúde do Distrito Federal, é de se notar o próprio teor do art. 5º, deixa claro a inexistência de supedâneo legal para o pagamento da GCET, até que a ‘SES/DF encaminhe, nos limites legais, proposta de Projeto de Lei ao governador que estenda a gratificação supracitada aos Agentes Comunitários de Saúde.’, e ainda, que tal proposta seja submetida à Câmara Legislativa do Distrito Federal para conversão em lei.” (Grifos acrescidos e no original).

Informação nº 194/2017-GAB/SEFIPE (e-DOC BED774B2-e)

“Quanto ao pagamento da Indenização de Transporte (e-doc 30195E9C-c)

4. Destaca que os agentes comunitários de saúde são servidores públicos efetivos do quadro de servidores da SES/DF, regidos pela LC nº 840/11 e pela legislação própria da



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

carreira, Lei nº 5237/13, que dispõe sobre a carreira Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde do Distrito Federal.

5. Assevera que aquela norma dispôs sobre o pagamento da indenização de transporte aos referidos servidores, conforme o art. 22 daquele normativo, in verbis:

Art. 22. Aos ocupantes dos cargos da carreira de que trata esta Lei é devida indenização pelo uso de veículo próprio para desempenho de suas funções, de acordo com critérios e formas a serem definidos pelo Conselho de Políticas de Recursos Humanos – CPRH.

§ 1º Enquanto não são definidos critérios de concessão da indenização fica mantido o pagamento na forma da metodologia de cálculo atual.

§ 2º No prazo de **sessenta dias a contar publicação desta Lei, o CPRH estabelecerá os critérios a serem utilizados para concessão da indenização** de que trata este artigo.

6. Ademais, destaca que, embora o § 2º do art. 22 da Lei nº 5237/13 tenha definido àquela época o prazo de 60 (sessenta) dias para o Conselho de Políticas de Recursos Humanos – CPRH estabelecer os critérios para a concessão da indenização de transporte aos agentes comunitários de saúde, passados 4 (quatro) anos a Secretaria de Saúde permanece inerte.

7. Acrescenta, ainda, que a LC nº 840/2011, também respalda o servidor que utiliza condução própria para realizar suas atividades laborais, ipis literis:

art. 106. O servidor que realiza despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, faz jus à indenização de transporte, na forma do regulamento.

8. Segundo a entidade, autora da demanda, indubitavelmente se faz necessário o uso de veículo automotor para o desempenho das atribuições do cargo de agente comunitário de saúde, o que não é disponibilizado pela SES/DF.

9. Destaca, por fim, que não há justificativa fática, técnica e nem financeira para o não pagamento da indenização de transporte aos agentes comunitários de saúde do DF, motivo pelo qual propôs a presente ação para que o Tribunal determine à SES/DF que cumpra a legislação, regulamentando e, por conseguinte, pagando a referida indenização aos representados.

Quanto ao pagamento da Gratificação de Incentivo às Ações Básicas de Saúde - GIABS (e-doc E39F93AD-c)

10. A entidade representativa alega que no Distrito Federal os servidores da Secretaria de Saúde que desempenham suas atividades laborais de forma integral em ações voltadas à atenção básica de saúde recebem a Gratificação de Incentivo às Ações Básicas de Saúde, prevista na Lei 318/92.

11. Destaca que a Lei Distrital nº 318/92 criou a Gratificação de Incentivo às Ações Básicas de Saúde com a finalidade de remunerar os servidores lotados nos centros de saúde, postos de saúde ou postos de assistência médica, desde que exerçam atividades relacionadas com as ações básicas de saúde.

12. Ocorre que os ***Agentes Comunitários de Saúde atuam exclusivamente em atividades de Atenção Básica à Saúde*** e, apesar de cumprir todos os requisitos da Lei Distrital 318/1992, são os ***únicos servidores no âmbito da SES/DF que não recebem tal gratificação.***

DA ANÁLISE

13. Não assiste razão aos interessados. O pagamento da **Indenização de Transporte** e da **GIABS** aos integrantes da carreira Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

Saúde do Quadro de Pessoal do Distrito Federal também carece de amparo na legislação de regência.

14. A Lei nº 5237/13, de fato, consignou a possibilidade de que além do vencimento básico e das vantagens previstas naquela norma, poderiam ser concedidas ao servidor da carreira Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde **outras parcelas estabelecidas em legislação específica**.

15. No que se refere ao dispositivo que consigna o suposto direito ao pagamento da **Indenização de Transporte** (art. 22 da Lei nº 5237/13 e art. 106 da LC nº 840/2011), diga-se que ambos dependem de regulamentação.

16. O art. 22 da Lei nº 5237/13 carece de atuação do Conselho de Políticas de Recursos Humanos – CPRH para definição dos critérios **a serem utilizados para concessão da indenização** de que trata o dispositivo, o que não veio a ocorrer até a presente data.

17. O art. 106 da LC nº 840/2011, por sua vez, diz **expressamente** que o servidor que realiza despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, de fato faz jus à indenização de transporte. Todavia, há que ser **na forma do regulamento** (parte in fine do dispositivo), o que não se encontra positivado nas normas de regência acerca do tema.

18. No que se refere à alegação de que a Lei nº 318/92 ampara o direito do pagamento da **GIABS** (art. 1º) aos servidores representados, melhor sorte não assiste à Associação.

19. A referida legislação instituiu a **GIABS** especificamente para os **servidores integrantes da Carreira Assistência Pública à Saúde** do Distrito Federal, o que não ocorre com os agentes comunitários de saúde, haja vista que, a teor do art. 2º da Lei nº 5237/2013 (lei de criação), tais servidores integram a carreira **Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde** do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.

20. Pois bem, nesse contexto, o referido direito também foi postergado à edição de legislação específica que estenda tal vantagem pecuniária aos interessados. Legislação essa inexistente até o presente momento.

21. Veja-se que todas as carreiras vinculadas à Secretaria de Estado de Saúde, como Assistência à Saúde, Cirurgião-Dentista e Médica, criadas ou reestruturadas por leis posteriores à Lei nº 318/92, trouxeram dispositivos específicos para a extensão da GIABS aos seus integrantes:

Carreira Assistência à Saúde (Lei nº 3320/2004):

Art. 9º Os vencimentos dos integrantes da carreira Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal são compostos das seguintes parcelas:

I – vencimento básico, conforme valores estabelecidos nos Anexos VII a XIII, observada a respectiva data de vigência; (...)

IV – **Gratificação de Incentivo às Ações Básicas de Saúde**, de que trata a Lei nº 318, de 23 de setembro de 1992;

Carreira Médica (Lei nº 2585/2000):

Art. 6º - Os valores dos vencimentos do Cargo de Médico são os estabelecidos na Tabela de Vencimentos constantes do anexo II desta Lei.

§ 1º - Além do vencimento básico, os ocupantes do cargo de Médico de que trata esta Lei farão jus às vantagens pessoais e adicionais assegurados por força de legislação específica, à parcela pecuniária de que trata a Lei nº 1.062, de 2 de maio de 1996, bem como às seguintes gratificações:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

I – Gratificações de Incentivo às Ações Básicas de Saúde e de Movimentação,
instituídas pela Lei nº 318, de 23 de setembro de 1992;

Carreira Cirurgião-Dentista (Lei nº 2595/2000):

Art. 6º Os valores dos vencimentos do cargo de Cirurgião-Dentista são os estabelecidos na Tabela de Vencimentos constante do anexo II desta Lei.

§ 1º Além do vencimento básico, os ocupantes do cargo de Cirurgião-Dentista de que trata esta Lei farão jus às vantagens pessoais e aos adicionais assegurados por força de legislação específica, à parcela pecuniária de que trata a Lei nº 1.062, de 2 de maio de 1996, bem como às seguintes gratificações:

I – Gratificações de Incentivo às Ações Básicas de Saúde e de Movimentação,
instituídas pela Lei nº 318, de 23 de setembro de 1992;

22. Nesse cenário, não há amparo legal que autorize o pagamento da Indenização de Transporte e GIABS aos integrantes da carreira Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde. Isso porque o comando da Lei nº 5237/13 que possibilita o pagamento de outras parcelas estabelecidas em legislação específica, somente teria sentido em normativos editados a partir da data de sua publicação (12/03/2013), vez que delimita a gênese da carreira em questão. Ademais, o pagamento da indenização de transporte pende de atuação positiva do CPRH para a delimitação do direito que se persegue.” (Grifos acrescentados e no original).

18. Entendo que não merecem reparos os exames realizados pelo Corpo Técnico.

19. Vejo que a **questão** em debate se refere à possibilidade de percepção pelos agentes comunitários de saúde das Gratificações por Condições Especiais de Trabalho - GCET e de Incentivo às Ações Básicas de Saúde – GIABS, criadas pelas Leis distritais nºs 2.339/1999 e 318/1992, respectivamente e, ainda, da Indenização de Transporte, na forma prevista na Lei nº 5.237/2013 e na LC nº 840/2011.

20. A propósito, no tocante às gratificações, verifica-se que **carecem de normativo específico**, tal qual estipulado no art. 16 da Lei nº 5.237/2013, **in verbis**:

“Art. 16. Além do vencimento básico e das vantagens previstas nesta Lei, podem ser concedidas aos servidores da carreira Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde outras parcelas estabelecidas em legislação específica.” (Grifos acrescentados).

21. Com efeito, na forma que destacou a Unidade Técnica, até o presente momento, **não foram editadas legislações específicas de forma a dar supedâneo ao pagamento da GCET e da GIABS aos agentes comunitários de saúde.**

22. Igualmente, o pagamento da indenização de transporte, estipulado no art. 22 da Lei nº 5.237/2013 c/c o art. 106 da LC nº 840/2011, carece da definição de critérios e formas pelo Conselho de Políticas de Recursos Humanos – CPRH e regulamentação própria, razão pela qual está impossibilitada sua percepção pelos integrantes da carreira de Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde, na forma estipulada nestes normativos.



MPCDF

Fl.
Proc.: 32.211/17-e_____
Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

23. Ante o exposto, este **Ministério Público de Contas**, com as considerações acima, **coaduna** com o entendimento externado pela Unidade Técnica e, nesse sentido, opina para que o e. **Plenário** acate **in totum** as sugestões contidas nas Informações n^{ºs} 186/2017-GAB/SEFIPE (e-DOC 6FF1D9D9-e) e 194/2017 – GAB/SEFIPE (e-DOC BED774B2-e).

É o Parecer.

Brasília, 11 de dezembro de 2017.

Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador Substituto